

Projeto de nação e formação econômica: é possível encontrar indícios de uma Administração Política nos planos macroeconômicos do Brasil?

Project of nation and economic formation: is it possible to find indications of a Political Administration in the macroeconomic plans of Brazil?

Ines Lyra Costa¹

Paulo Everton Simões²

Nid Dutra D'Amorim Jr³

RESUMO

O presente ensaio se preocupou em identificar, no âmbito dos planos macroeconômicos engendrados desde a implantação do modo de produção capitalista no Brasil, indícios da presença da Administração Política no país. Para tanto, realizou-se um resgate histórico do processo de acumulação capitalista desde a era Vargas, denominado de acumulação restringida, passando pelo período da substituição de importações de Juscelino Kubitschek, que marcou a fase da acumulação plena e implantou o centro dinâmico do processo de industrialização - o departamento de bens de consumo capitalista. Por fim, desemboca-se na implantação do departamento de bens de capital na gestão do presidente militar Ernesto Geisel sob o Brasil em Marcha Forçada. Como conclusão, acredita-se que durante o período de 1930 a 1984 houve indícios da consecução de um Projeto de Nação, mas que se perdeu a partir daí em função da força dos preceitos neoliberais cujos alicerces se fundamentam numa ideologia que enaltece apenas a busca pela estabilização (planos de controle da inflação) em detrimento do fortalecimento das relações sociais de produção mediados pelo Estado.

Palavras-chave: Administração política, desenvolvimento, macroeconomia

ABSTRACT

The present essay was concerned to identify, within the macroeconomic plans generated since the implantation of the capitalist mode of

¹ Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976). Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. É professora adjunta da FCC/UFBA. email: ines.lyra@ufba.br

² Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. Bacharel em Administração (2006), Especialista em Gestão do Desenvolvimento e Responsabilidade Social (2008) e Mestre em Administração (2012) pela Universidade Federal da Bahia. email: paulo.simoes@arapiraca.org.br

³ Doutorando em Administração pelo Núcleo de Pós Graduação em Administração da UFBA - NPGA. Bolsista da Capes. Possui Mestrado em Administração pela UNIFACS, MBA em Gestão Empresarial pela FGV SP. Email: nid@sknet.com

production in Brazil, indications of the presence of the Political Administration in the country. To this end, a historical rescue of the process of capitalist accumulation from the Vargas era, called restricted accumulation, was carried out, passing through the period of import substitution of Juscelino Kubitschek, which marked the phase of full accumulation and established the dynamic center of the process of accumulation. industrialization - the department of capitalist consumer goods. Finally, it ends in the implantation of the capital goods department in the management of the military president Ernesto Geisel under Brazil in Forced March. As a conclusion, it is believed that during the period from 1930 to 1984 there were indications of the attainment of a Nation Project, but that it was lost therefrom because of the strength of neoliberal precepts whose foundations are based on an ideology that praises only the search for stabilization of control of inflation) to the detriment of the strengthening of social relations of production mediated by the State

Key-words: Political administration, development, macroeconomics.

INTRODUÇÃO

A busca por uma compreensão epistemológica da Ciência da Administração vem imprimindo alguns debates acadêmicos acerca do objeto desta ciência, dos seus caminhos metodológicos e de sua práxis. Para Santos (2009) este objeto é a gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição e não a organização, enquanto unidade de produção. Para comprovar essa hipótese, o autor desenvolve um referencial teórico próprio uma vez que sua busca em diversos outros autores pesquisados por uma epistemologia da Administração Política não foi frutífera. Desenha, assim, um modelo conceitual teórico a partir de três constructos básicos: Demanda Social (emanada da Sociedade), tema exclusivo do campo de conhecimento Economia Política; Projeto de Nação (emanado do Estado) que só existe porque a economia - explicitada pelo modo de produção predominante, o capitalismo - não cumpre o seu papel final, que é o bem-estar da humanidade, e cujo campo de conhecimento é o da Administração Pública e, a base técnica para execução do projeto de nação, que repousa na Economia/Capitalismo e é gerida pela Administração Profissional. Este modelo tem como finalidade o alcance do bem-estar da humanidade.

O presente ensaio se preocupou em identificar, no âmbito dos planos macroeconômicos engendrados desde a implantação do modo de produção capitalista no Brasil, indícios da presença da Administração Política no país. Para tanto, realizou-se um resgate histórico do processo de acumulação capitalista desde a era Vargas, denominado de acumulação restringida, passando pelo período da substituição de importações de Juscelino Kubitschek, que marcou a fase da acumulação plena e implantou o centro dinâmico do processo de industrialização - o departamento de bens de consumo capitalista. Por fim, desemboca-se na implantação do departamento de bens de capital na gestão do presidente militar Ernesto Geisel sob o Brasil em Marcha Forçada.

Acredita-se que durante o período de 1930 a 1984 houve indícios da consecução de um Projeto de Nação, mas que se perdeu a partir daí em função da força dos preceitos neoliberais cujos alicerces se fundamentam numa ideologia que enaltece apenas a busca pela estabilização (planos de controle da inflação) em detrimento do fortalecimento das relações sociais de produção mediados pelo Estado.

Para desenvolver a ideia central foi feito um resgate teórico sobre a Administração Política para, logo em seguida, articular tal resgate teórico às fases de formação das bases capitalistas (urbano-industrial) no Brasil, identificando as finalidades de cada etapa de acumulação com os planos macroeconômicos correspondentes, quais sejam:

- A acumulação restringida de Vargas
- A acumulação Plena de JK- o Plano de Metas
- A crise política do Governo Goulart: O plano Trienal
- Ditadura I- O golpe – PAEG
- Ditadura II- O Milagre econômico brasileiro
- Ditadura III- Brasil em Marcha Forçada com Geisel
- 30 anos de Planos de Estabilização – décadas de 80/90/2000

Esta divisão também estrutura seja a análise, seja a apresentação geral deste ensaio, de natureza descritiva e exploratória. As considerações finais sintetizam os argumentos desenvolvidos para o alcance do objetivo deste ensaio, qual seja, o de identificar, no âmbito dos planos macroeconômicos engendrados desde a implantação do modo de produção capitalista no Brasil, indícios de uma proposta de Administração Política para o país.

1 A CONTRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA PARA GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A discussão em torno da Administração Política parte da inquietação da administração enquanto ciência e da busca pelo esclarecimento de quais seriam seu conceito, objeto e método. Duas discussões seminais encontram-se nos textos de França Filho (2009) e Santos (2009). O primeiro considera que há uma relação de imbricação entre organização e a gestão, sendo esta última uma dimensão essencial do universo organizacional, mas não o objeto da administração, que seria a organização enquanto um fenômeno social. O segundo argumenta que tratar as organizações como objeto de estudo da Administração é uma “impropriedade metodológica” (SANTOS, 2009, p. 40), pois “constituem objeto de estudos de diferentes campos do conhecimento” uma vez que nas organizações “apenas habita o objeto” (p. 41). Para ele, “é a gestão e não a organização que caracteriza o objeto e que dá autonomia à administração enquanto um campo próprio do conhecimento” (p. 42).

Apesar da perspectiva hegemônica que marcou o campo da administração, este não esteve imune às transformações a partir das quais destacou seu diálogo com as ciências sociais, reforçando sua dimensão de ciência social aplicada. Gomes (2012), ao indicar a emergência de um “novo” campo que articularia saberes da administração, da economia e da ciência política, reitera reflexões e atitudes que deslocaram a administração de uma zona de conforto, de fundo utilitarista prioritariamente voltada ao enclave mercado, evidenciando sua identidade como ciência social e, conseqüentemente, apontando para percursos

subjacentes à formação do campo de uma Administração Política, cujo tórus é a perspectiva interdisciplinar e o ímpeto para assunção da teoria social no âmbito da administração de modo geral. A Administração não prescindiu de certa consciência política, tendo em vista que as dinâmicas sociais e econômicas sempre reivindicaram respostas por parte do campo, em um processo de revisão dos marcos que a definem como saber, isto é, a operacionalização de modos de produção e os degastes provocados por esse processo (GOMES, 2012).

Conforme Amaral e outros (2015) a discussão sobre a Administração Política tem início ainda nos anos noventa, essencialmente tratando do objeto de estudo e da forma mais correta de como interpretar a administração. Nesse sentido, Gomes (2012) indica que o “jovem percurso da Administração Política” tem seu início com a publicação do artigo “A administração política brasileira”, de autoria de Reginaldo Souza Santos e Elisabeth Matos Ribeiro, em 1993. Tal texto deixa entrever uma perspectiva crítica que considera as condições específicas do Brasil, evidenciando a necessidade de uma abordagem macro no campo das ciências sociais, sobretudo se for levado em consideração que o texto foi publicado em um importante veículo de divulgação científica da área, a Revista de Administração Pública da FGV.

Gomes (2012) ressalta a contribuição da administração política dada pelo trabalho seminal de 1993 no que tange à gestão estatal e a gestão das relações entre o ente público e a sociedade diante da formação do capitalismo urbano-industrial e as transformações engendradas nas estruturas políticas do Estado, destacando a dimensão periférica do capitalismo e o modo como esta se apresenta na relação das instituições estatais com a sociedade. O autor sintetiza as preocupações de Santos e Ribeiro da seguinte forma:

A preocupação dos autores naquele texto inaugural foi desenvolver os elementos conceituais que poderiam dar suporte ao conceito de administração política. A partir da valorização da “gestão” como categoria essencial da administração, o objeto de estudo da administração como campo do conhecimento foi se apresentando naturalmente. Nesse sentido, então, o que interessava era compreender a gestão estatal e a gestão das relações entre o ente público e a sociedade. Essa discussão foi naturalmente valorizada em razão de o capitalismo tardio periférico, como no caso brasileiro, ter se desenvolvido, essencialmente, com a força estatal de intervenção e na criação das estruturas econômicas e políticas essenciais aos desafios do desenvolvimento industrial (GOMES, 2012, p. 11).

Souza Santos e outros (2009, p. 25) definem Administração Política como a “gestão das relações de produção e distribuição”. Segundo Gomes (2012) no texto “Em busca da apreensão de um conceito para a administração política” de 2009, Reginaldo Souza Santos destaca o

Estado como ator imprescindível na condução dos destinos econômicos e da produção em um país. Sua preocupação é não analisar o ambiente micro, uma organização simples, tipicamente capitalista. Mas o Estado, o ambiente macro, no qual se cristalizam as forças internas conflitantes da sociedade e se desenvolveram pelas relações sociais de produção. É por essa razão que Santos tem por objetivo compreender e analisar as transformações pelas quais passa o Estado brasileiro, seu objeto específico de pesquisa, no que se refere à gestão pública e suas repercussões na (des) construção da nação, notadamente no período 1930-90 (GOMES, 2012, p. 15).

Caribé (2008) afirma que a Administração Política proposta por Reginaldo Santos se constitui na busca de um conceito que melhor possa compreender e reafirmar historicamente o campo da administração. Segundo ele, a Administração Política surge para possibilitar “a gerência do próprio Estado e das relações sociais de produção e distribuição para ser mais preciso, e assim mostrar os limites da Economia Política que tentara sem sucesso ou dar conta da gestão das instituições, ou menosprezar a gestão por considerar objeto secundário”. Diante do que fora produzido sobre gestão, Caribé (2008, p. 34) questiona: “o Estado [...] por que pouco faz parte do foco de estudo dos administradores formados nas escolas especializadas? Portanto, sua gestão cabe ou não à Administração?”. Corroborando com Santos (2009), Caribé (2008) considera que a Administração Política faz sentido mais robustamente nas relações do Estado com a sociedade.

Existe um esforço de Santos e outros (2014) para discorrer sobre a gestão possibilitando que ela alcance não somente o Estado, mas ainda a sociedade. Este posicionamento, de certa forma, responderia ao questionamento de Caribé (2008) fazendo-a aproximar-se a uma gestão do Estado pela Administração. Os referidos autores tomam a gestão como objeto científico da administração, entretanto convocam a um olhar ampliado sobre o que seja a gestão para além da organização, pois esta

não se limita às relações sociais internas das organizações, muito menos a um conjunto de técnicas, métodos e/ou ferramentas gerenciais, mas, principalmente às relações sociais mais amplas no âmbito da macrogestão da sociedade. Entender a gestão como objeto de estudo da administração é ir fundo nas estruturas de poder, de ideologia e de comando da sociedade. É observar, descrever, analisar, explicar e, até mesmo, orientar as relações sociais de produção, distribuição e consumo, em qualquer que seja a sociedade, isto é, pré-capitalista, capitalista ou pós-capitalista (SANTOS et al, 2014, p.22).

O mercado, apenas um dos enclaves sociais, é guiado por pressupostos ideológicos da escassez de recursos e das necessidades ilimitadas e, por isso, é preciso lembrar-se de duas outras dimensões cuja representatividade e legitimidade são maiores que ele – o Estado e da Sociedade. Defendendo o argumento de que a gestão não engloba somente o universo empresarial, mas, sobretudo, a gestão social e estatal, os autores ampliam as possibilidades e convocam a uma nova mirada a partir de três categorias da gestão. O desafio é afastar-se da micro gestão (gestão empresarial) para pensar a meso (a gestão pública que ocorre no Estado com vistas a assegurar as aspirações da sociedade ou da gestão social) e a macro gestão (contrato social decorrente do acordo estabelecido entre os membros da sociedade que contém o projeto de nação). Estes autores concluem que a produção intelectual no campo da administração tem que contemplar várias formas de gestão das relações sociais, seja qual for o sistema econômico de produção e tempo histórico (SANTOS et al, 2014).

Esta Administração denominada Política tem no Estado o responsável pelo modelo de gestão mais adequado para alcançar o bem-estar enquanto o capitalismo (administração profissional) executa um projeto de acordo com suas finalidades pré-estabelecidas. Historicamente, a administração profissional assume a administração política para consecução de seus interesses próprios, se apropriando de seu objeto e descaracterizando a sua natureza de atender às demandas sociais (SANTOS, 2009). Quando Santos e outros (2014, p. 23) defendem que “O campo da administração tome para si o estudo da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento

histórico do processo civilizatório da humanidade” eles estão apontando a tarefa primordial da Administração Política – pensar o modelo de gestão que assegure o bem-estar social.

O texto de Gomes (2012, p. 20) também é oportuno para entender a contribuição da administração política na gestão do Estado, pois destaca a “preocupação da administração política com os destinos nacionais”. O autor reclama a participação da administração na contribuição aos desafios da sociedade e da economia, campo ainda predominantemente de economistas, para pensar os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômicos. Portanto, faz todo sentido se pensar a administração política do país. Conforme Gomes (2012):

a “administração política” como linha de conhecimento, deve se preocupar com essas discussões; elas envolvem uma tipologia de “gestão” das grandes questões nacionais, que perpassa também por um modelo de “gestão” do Estado, principalmente da política econômica. A capacidade de centralização da política econômica, no sentido de definição e redefinição das fontes e do uso dos recursos financeiros necessários para viabilizar as diretrizes, ações, programas e projetos das demais políticas públicas, promove sua própria “gestão” à condição de supremacia. Nesse caso, a administração política tem o papel imprescindível de fazer a crítica da influência do econômico sobre o político, e na definição da agenda do país e da gestão da sociedade (GOMES, 2012, p. 22).

Tem, portanto, a administração política relevante contribuição a dar à gestão do estado brasileiro - ator primordial para pensar o modelo de crescimento e de desenvolvimento econômico do país. Conforme Santos (2009) esclarece, é mesmo a Administração Política que atribui ao Estado a responsabilidade pela gestão mais adequada com vistas a atender as demandas sociais. Ao decidir “o que” e “o como” em relação ao projeto de nação à Administração Política cabe viabilizar a gestão que crie as condições que incorram nos menores custos na oferta do bem-estar. Urge que haja uma proposta de Administração Política para o estado brasileiro que enfrentará, certamente, o desafio de organizar as relações sociais de produção e distribuição com vistas a melhorar o bem-estar da população ao invés de privilegiar o atendimento às demandas de organizações internacionais dirigidas pelo centro capitalista e ainda da classe política brasileira, que majoritariamente se encontra subordinada aos interesses de grandes empresas privadas nacionais e internacionais.

2 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL DESDE A IMPLANTAÇÃO DO CAPITALISMO

a análise a seguir foi realizada a partir das seguintes fases históricas: A acumulação restringida de Vargas (1930-55); A acumulação plena de JK - o Plano de Metas (1956-61); o Governo Goulart e o Plano Trienal (1963-1965); o Governo Goulart e o Plano Trienal (1963-1965); Ditadura I - o PAEG; Ditadura II - o Milagre econômico; Ditadura III - Marcha forçada com Geisel: o II PND; Trinta anos de planos de estabilização (80/90/2000).

2. 1 A ACUMULAÇÃO RESTRINGIDA DE VARGAS (1930-55)

Antes das considerações pertinentes à essa seção convém resgatar os antecedentes da industrialização no Brasil. Para os estudiosos da UNICAMP (Universidade Federal de Campinas), o modo de produção capitalista no Brasil aconteceu tardiamente. Um dos seus principais idealizadores, Prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello (1994), que tomou por

base a teoria da dependência, que conforma o pensamento cepalino, o qual atribuía à deterioração dos termos de intercâmbio entre o centro e a periferia (países desenvolvidos e subdesenvolvidos) a principal razão para a não internalização dos lucros produzidos pelo setor externo da economia, ou seja pela dificuldade em acumular o capital no interior do país. Contudo, enquanto para ele a condição periférica da economia brasileira, marcada durante o período primárioexportador quando da constituição da República, na verdade retardou o processo de industrialização brasileira e, conseqüentemente, a formação do capitalismo industrial, para a Cepal, essa específica condição periférica na nação de fato inibiu o desenvolvimento das forças produtivas eminentemente capitalistas. Para a Cepal seria preciso uma ruptura, comandada pelo Estado, para que a economia industrial se desenvolvesse com dinamismo próprio” (TAVARES, 1975, p. 31).

O estrangulamento externo imposto pela crise de 1929 foi, talvez, o fator que contraditoriamente permitiu que, na prática, o modelo de industrialização por substituição de importações pudesse ser implantado. O estrangulamento externo é um termo que denota a fragilidade da capacidade de importar bens e serviços dado pelas restrições do volume de exportações. Estando limitada a nossa capacidade de importar, quais soluções o Brasil apresentava, ao nível da decisão política, para superar as restrições externas? Voltar-se para dentro, ou seja, o centro dinâmico do processo de acumulação pautado num modelo de intraversão da economia.

A forma que o governo Vargas encontrou para financiar o novo padrão de acumulação, que agora se revestia em industrial e não mais predominantemente mercantil foi ampliar a presença do Estado na economia, inspirando-se no intervencionismo keynesiano. Isso foi feito financiando a indústria de bens de consumo não duráveis (bens para os trabalhadores, Departamento III na visão kaleckiana) ou entrando fortemente na indústria produtora de bens intermediários. Contudo, não estavam postos todos os pré-requisitos necessários à dinamização para uma reprodução capitalista autossustentada da economia brasileira, ao que Mello (1994) denominou de processo de acumulação restringido. Para que o capital industrial se completasse seria necessário a implantação de uma indústria de bens de consumo duráveis (Departamento II – bens de consumo dos capitalistas, segundo a tipologia kaleckiana) e principalmente da indústria de bens de capital (Departamento I, segundo essa mesma teoria) que só viria a se constituir (ainda assim não completamente) na década de 50. Segundo Kalecki (1976) é somente com a implantação de um DI forte que o capitalismo consegue se reproduzir endógena e sustentavelmente.

Conforme Gremaud e outros (2006, p. 373), “o processo de industrialização por substituição de importações (PSI) caracterizava-se pela ideia de “construção nacional”, ou seja, alcançar o desenvolvimento e a autonomia com base na industrialização”. Parece exemplar a citação dos autores de que a industrialização brasileira teve por fundamento um plano, um modelo para gerir a sua implantação. Tal modelo, baseado no PSI foi perseguido durante as suas quatro rodadas de construção, até o final da década de 1970. O esquema a seguir (Figura 1) é bastante elucidativo para ilustrar a dinâmica do processo de substituição de importações.

1930-45 1956-61 1946-55 1974-79

Figura 1: Etapas do PSI

Fonte: Adaptado de Gremaud e outros (2006, p.372)

O termo substituição de importação não pode apenas se restringir a uma visão simplista de substituir por produção interna os bens anteriormente importados devido a restrição à capacidade para importá-los. É sabido que essa condição foi preponderante na primeira fase do processo, quando da depressão de 1930, em que o estrangulamento externo de nossa economia buscou, na substituição, atender a demanda interna de bens de consumo imediato. Contudo, o próprio processo que se iniciou pela instalação de unidades produtivas leves avança e começa a demandar bens intermediários e bens de capital para que ele próprio continue a se desenvolver, o que pode resultar em maior dependência por bens importados do exterior. A contradição que o processo provoca (o aumento do produto esbarra no limite da capacidade de importar) faz com que se siga uma nova onda de substituição de importações: liberando aquelas menos essenciais e disponibilizando divisas para dar dinamismo ao próprio processo. Entretanto, à medida em que ele avança vai-se tornando cada vez mais custoso e difícil prosseguir. Por isso estimula-se a substituição simultaneamente em todos os setores de sorte a minimizar a redução da capacidade de importar (TAVARES, 1975).

Inicia-se o processo enfatizando as indústrias leves (D3- Bens de consumo não duráveis - BCND), ainda que etapas relativas aos setores de mais refinada tecnologia (substituição de bens de consumo duráveis – D2), bem como o de bens intermediários (BI) e de capital (BK: D1) já estariam presentes. A solução, tendo em vista o estrangulamento externo, seria a de estimular a substituição simultânea em todos os segmentos da indústria.

O planejamento do financiamento do PSI em sua primeira fase (1930-45) ficou condicionado a duas frentes: Estado e poupança interna. O Estado lançou mão do financiamento inflacionário, através das emissões de moeda, política monetária expansionista com efeito positivo sobre o multiplicador de renda através da redução das taxas de juros (mecanismo keynesiano) além de empréstimos com juros subsidiados pelo Banco do Brasil de sorte a estimular os investimentos privados. Além disso, torna-se ele mesmo empresário ao implantar indústrias de base como a Siderúrgica Nacional e a Petrobrás e desenvolver a infraestrutura de transportes. Paralelamente, desenvolve mecanismos de proteção à indústria nacional como a desvalorização cambial (que encarece as importações competitivas à indústria nascente) e taxas múltiplas de câmbio para baratear a importação de equipamentos (BK) necessários à consolidação do processo de substituição de importações. A poupança interna, prejudicada pela redução da mais-valia face à política populista do período, foi subsidiada pela criação do BNDES em 1952. A demanda interna para realizar a produção crescente adviria da Legislação trabalhista (CLT) com base na política do Welfare State.

Em síntese, no período de 1930 a 1955 havia um esboço, destacadamente pela via da maior participação do Estado, de um projeto de nação. Nesta fase, tal projeto tomou forma por meio de um tripé que o sustentou da seguinte maneira: 1) a via da produção, que se deu pela consolidação da implantação do departamento de bens leves de consumo (bens de

consumo assalariados); 2) pela realização, que ocorreu por meio do fomento ao consumo das famílias; e 3) pela distribuição do produto nacional por meio da via legal.

2.2 A ACUMULAÇÃO PLENA DE JK - O PLANO DE METAS (1956-61)

Estavam, pois, postas internamente as pré-condições necessárias para a alavancagem do segundo estágio do processo de substituição de importações: um mercado de trabalho e, portanto, de consumo amplo; uma estrutura industrial com relativa diversificação; e a melhoria dos termos de intercâmbio em 1953/54 com a elevação dos preços do café no mercado internacional, que propiciou acumulação de divisas necessárias à capacidade de importar e dar fôlego ao segundo estágio do processo de substituição de importações. A segunda fase do PSI é marcada pela preponderância da implantação endógena do departamento de bens de consumo duráveis (D2).

O governo que se instaurou em 1955, ficou bastante entusiasmado com a pujança mundial de reconstrução do pós-guerra. O capitalismo, ao nível mundial, avançava para um estágio monopolista transnacional cuja acumulação entra na fase do capital sem pátria. A esta altura, abundava o interesse pelo investimento de risco nos países de industrialização tardia e, na América Latina, o pensamento cepalino indicava que o avanço do desenvolvimento (eliminação da defasagem entre o centro e periferia) se faria pela industrialização completa, tendo o Estado como agente principal indutor do processo. Tal contexto influenciou as ideias desenvolvimentistas do presidente Juscelino Kubitschek, o idealizador do Plano de Metas .

Daí a presença do Estado ser importante como forma de dar fôlego ao que a economia sozinha não seria capaz, seja através das políticas econômicas, direcionando os investimentos (políticas cambiais e tarifárias) ou através de intervenção direta. Paralelamente, outro agente foi capaz de dar ímpeto ao processo, o capital de risco externo, auxiliado pelo Estado ou pelo financiamento direto das suas matrizes. O capital para risco disponível no mercado mundial era o capital monopolista e o setor que precisava, nesse momento, ser substituído, era o de bens de consumo duráveis. Nesse contexto, o processo de substituição no período JK foi então marcado por um parque oligopolístico, capitaneado pela indústria automobilística.

O processo de substituição de importações carrega, contudo, o germe de seu esgotamento ao se deparar com fortes condições de estrangulamento externo, ou seja, a demanda por novas importações mais sofisticadas, que dão sustentáculo ao próprio modelo, supera a disponibilidade de divisas (a capacidade de importar). Para Conceição Tavares (1975), contudo, a crise externa que se abateu em 1961 esgotou as possibilidades de permanência do modelo de industrialização baseado no processo de substituição de importações, o que, para autores como Castro (2004), foi retomado apenas em 1974 com o Brasil em Marcha Forçada.

Diferentemente do período Getulista, cujo desenvolvimento se fez com base no nacionalismo, avesso ao capital externo direto, a política nacional-desenvolvimentista de Juscelino se baseava na forte presença do capital externo direto. A marca do governo era a

ação consubstanciada nos objetivos gerais de um plano, aliás, o primeiro plano sistemático existente no país com claros objetivos definidos. No aspecto econômico, o plano se propunha ao crescimento acelerado baseado no setor de bens de consumo duráveis, que antevia na liderança do setor automobilístico como o setor de mais forte efeito multiplicador dos investimentos, tanto para frente (vendas, oficinas, postos de gasolina), quanto para trás (indústrias de autopeças e acessórios), com o que se acreditava recuperar o atraso histórico com relação às nações desenvolvidas.

No aspecto social, o processo de substituição de importações criaria novas oportunidades de emprego e elevação do nível de vida da população e, no plano político, ficariam garantidas as liberdades democráticas. Para financiar esse auspicioso plano, lançou-se mão de duas fontes básicas: 1) o capital externo direto, que propiciou a implantação e o desenvolvimento da indústria de bens de consumo duráveis e a implantação de infraestrutura econômica; e 2) a emissão de papel moeda, como financiamento, com inflação desenvolvimentista.

A arquitetura do Plano de Metas permitiu resultados quantitativos (e qualitativos) relevantes do ponto de vista de um projeto de longo prazo para a nação: crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); diversificação do parque industrial; e geração de emprego e renda. Em média, o PIB cresceu no período, segundo o IBGE, acima de 8% ao ano. As indústrias com maior crescimento foram exatamente onde a tecnologia era mais sofisticada: indústria automobilística, siderurgia, alumínio, cimento, papel/celulose, petróleo e na construção rodoviária. O crescimento voltado para o setor de bens de consumo duráveis permitiu o surgimento de uma classe média assalariada, o que, conseqüentemente ampliou mercado nacional.

A despeito do crescimento gerado, várias heranças negativas foram deixadas por esse modelo de desenvolvimento. Foi medíocre o crescimento da agricultura e a inflação, que não incomodou ainda o período do governo JK, pulou de 30,46% em 1960, para 47,79% em 1961, 51,65% em 1962 e 79,87% em 1963. Aprofundou-se a concentração da renda, não só devido ao mecanismo de desalinhamento dos preços relativos (inflação) que transferiu renda para os setores oligopolísticos, como o modelo de substituição de importação o elegeu como carro chefe desse processo. A concentração na órbita da produção redefiniu a divisão interna do trabalho: capital estrangeiro nos ramos mais dinâmicos da economia; capital nacional nos ramos tradicionais e empresas estatais na indústria de base. Essa configuração enfraqueceu o capital nacional, aprofundando a desnacionalização da economia. O país saiu da dependência externa na órbita da produção, entretanto houve uma nova forma de dependência - tanto tecnológica quanto financeira (TAVARES, 1975).

Além disso, houve acento na concentração espacial da economia no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, contrariando a ideia central do plano que era a de, a partir de São Paulo, irradiar o desenvolvimento para o interior do país. Os mecanismos de correção que visaram reduzir as desigualdades regionais, tais como: a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), tiveram resultados modestos. As reformas agrária, tributária, cambial e administrativas, que poderiam dar consistência ao rápido crescimento, acabaram não sendo implementadas.

A despeito de ter havido um salto quantitativo e qualitativo em termos de crescimento e formação da renda, pagou-se um preço elevado por essa opção. Na visão extremamente crítica de Francisco de Oliveira (1977) essa gestão política teria precipitado, do ponto de

vista econômico e financeiro, o próprio Golpe Militar de 1964. Entretanto, ainda que tenha apresentando um caráter concentrador e excludente, o modelo de substituição de importações adotado no Plano de Metas veio a implantar, de fato, o centro dinâmico da industrialização no Brasil - o D2. Por conta desse centro dinâmico, foi possível um certo nível de fortalecimento das relações sociais de produção e realização que daria contorno ao projeto de nação desta fase, entretanto a sua própria essência revelou, contudo, um aprofundamento das desigualdades no quesito distribuição da renda.

2.3 O GOVERNO GOULART E O PLANO TRIENAL (1963-1965)

Os anos sessenta apresentaram um cenário bastante diverso ao da década precedente: o ritmo de crescimento do PIB se desacelerou enquanto a inflação ascendia velozmente. Às vésperas do golpe de 1964, o PIB evoluiu apenas 0,6% e a inflação já chegava à casa de 72,8% ao ano. Este cenário fundamenta-se em duas explicações possíveis: a primeira, de cunho estrutural, alicerçada na crise de realização da produção-sobreacumulação do período precedente, apontada pelo esgotamento do PSI de Juscelino; e a segunda de cunho conjuntural, atribuída à instabilidade política do governo de João Goulart e à administração da crise com base no receituário ortodoxo, de controle da inflação, de cunho recessivo.

Como forma de minimizar a crise, Santiago Dantas, ministro da Fazenda e Celso Furtado, no Planejamento, idealizaram o Plano Trienal (1963-1965) com objetivos nitidamente desenvolvimentistas, que garantiriam a retomada nos níveis de crescimento do PIB com distribuição da renda e a renegociação da dívida. Em linhas gerais, pretendia-se: garantir taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano (próxima à média dos anos anteriores); reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965; garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade; realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais e renegociar a dívida externa para diminuir a pressão do seu serviço sobre o balanço de pagamentos.

Forte, contudo, era a pressão política das elites (empresários e classe média) que viam o fantasma do comunismo assombrar o país em função das concessões explícitas nos objetivos do Plano Trienal, bem como dos avanços em Cuba (1959). Ademais, é preciso lembrar que o modelo de PSI implantado no período anterior, privilegiou a classe média, portanto foi um modelo concentrador de demanda e de oferta, uma vez que se fundava nos oligopólios, e excludente, pois voltou-se ao consumo exclusivamente da classe média. Segundo Gremaud e outros (2006, p. 391), “basicamente o que estava em questão era a capacidade de os governantes em incorporar as massas urbanas como base de apoio político [...]”. A crise do populismo acabou por levar ao fracasso da implantação do Plano Trienal.

No conturbado período de governo de Jango fica difícil identificar os elementos constitutivos de um projeto de nação que alicerce, na prática, os princípios da Administração Política. Ainda que houvesse as intenções consubstanciadas nos objetivos do Plano Trienal em conduzir a decisões que se preocupassem com a gestão das relações sociais de produção (crescimento do PIB) realização e distribuição (crescimento real dos salários e reforma agrária) isso não ocorreu.

2.4 DITADURA I - O PAEG

Segundo Brum (1999), no início dos anos 1960, a economia brasileira apresentava três problemas mais graves: o déficit no balanço de pagamentos; a estagnação do crescimento econômico e a inflação alta. A chegada dos militares ao poder não modificava em nada este cenário, apenas alterava a forma de enfrentamento do mesmo. O governo de Castelo Branco criou então o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) - 1964/1966 para combater o maior problema da economia que era a inflação, utilizando um enfoque ortodoxo. O plano de estabilização econômica teve como objetivos principais: acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico; conter a alta da inflação; atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais; aumentar o investimento e desta forma fomentar a geração de empregos; e corrigir o desequilíbrio no balanço de pagamentos (SKIDMORE, 1988; GREMAUD e OUTROS, 2006; BRUM, 1999).

O governo definiu três metas para o PAEG: (1) redução do déficit público cortando os gastos públicos e aumentando a arrecadação de tributos, mediante uma reforma tributária; (2) restrição do crédito efetuando um aperto monetário, por meio da elevação das taxas de juros e (3) contenção da demanda, reduzindo o salário real cujo reajuste se deu com índices menores do que a inflação. Criou também uma legislação anti-greve e extinguiu a estabilidade no emprego após dez anos na mesma empresa com a contrapartida da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (GREMAUD e OUTROS, 2006; BRUM, 1999).

O PAEG procurou criar mecanismos que possibilitassem um crescimento moderado. Para tal, operou três reformas institucionais: a tributária; a monetário-financeira e a do setor (GREMAUD e OUTROS, 2006). A indústria nacional foi fortemente incentivada pelo PAEG. O governo criou cinco programas de apoio-incentivo à indústria brasileira: (1) Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), criado em 1964; (2) Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDACE), criado em 1964; (3) Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), criado em 1964; (4) Fundo de Financiamento para Estudos, Projetos e Programas (FINEP), criado em 1965; e (5) Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas (FIMEPE) criado em 1965 (BRUM, 1999).

De modo geral, pode-se dizer que o PAEG foi bem-sucedido, pois transformou todo o quadro da economia brasileira, adaptando-a às necessidades de uma economia industrial. Entre os resultados pode-se destacar: corrigiu as principais distorções da economia; saneou as finanças públicas; realinou os preços dos bens e dos serviços públicos; recuperou as capacidades de investimento das empresas estatais; renegociou a dívida externa; reequilibrou o balanço de pagamentos; controlou razoavelmente a inflação e retomou o crescimento) (GREMAUD e OUTROS, 2006; BRUM, 2006).

A despeito da forte política de controle da demanda, com vistas a estabilizar os preços da economia, é notório que as reformas estruturais conduzidas pelo primeiro período militar, em especial a reforma monetária, permitiram construir a base de sustentação para o financiamento do desenvolvimento que ocorrerá no período do Milagre. Desta forma, mesclando ações eminentemente de cunho ortodoxo (visando o controle da inflação) e desenvolvimentistas (reformas fiscal e financeira) a gestão da economia brasileira neste período apresentou indícios de articulação com os fundamentos da Administração Política, em especial no tocante às relações sociais de produção e realização (fortalecimento do consumo), cujos resultados foram colhidos no segundo período da Ditadura Militar.

2.5 DITADURA II - O MILAGRE ECONÔMICO

A função do Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND) foi compatibilizar o crescimento acelerado da economia com o controle da inflação. O governo passou, então, a incentivar a expansão econômica por meio da expansão industrial, sobretudo a indústria de bens de consumo duráveis, direcionada às classes média e alta. O Brasil buscava praticar um modelo econômico característico de sociedades em elevado estágio de desenvolvimento e com alto padrão de vida (BRUM, 1999).

A extraordinária expansão da economia ficou conhecida como “Milagre Brasileiro” e se estendeu de 1968 até 1973, caracterizando-se pelos seguintes pontos: taxas de crescimento anuais superiores a 10%; e inflação com índices relativamente baixos, com média anual inferior a 20%. Este desempenho da economia foi consequência das reformas institucionais e da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial e as condições necessárias para a retomada da demanda, aliados também ao crescimento da economia mundial (GREMAUD e OUTROS, 2006; BRUM, 1999).

Para Alves (1984, p. 146 apud BRUM, 1999, p. 324) “o crescimento econômico que se operou deveu-se principalmente ao aumento dos investimentos estrangeiros e a um amplo programa de investimentos do Estado, financiado com recursos de instituições internacionais de crédito”. Para Gremaud e outros (2006, p. 193), “a busca do crescimento, segundo o governo, deveria processar-se com o investimento em setores diversificados e com menor participação do estado, ou seja, deveria basear-se no setor privado”. Identifica-se, nesses trechos, uma forte interferência do Estado buscando alavancar o crescimento econômico.

Elencam-se, a seguir, cinco fontes de tal crescimento: (1) a retomada do investimento público em infraestrutura; (2) aumento do investimento das empresas estatais, alavancado pela política de “verdade tarifária” (neste período surgiram 231 novas empresas estatais); (3) aumento da demanda por bens duráveis, favorecida pela expansão do crédito ao consumidor e posterior endividamento das famílias (a indústria automobilística apresentou um crescimento médio anual superior a 30% neste período); (4) crescimento da construção civil a uma taxa média de 15% ao ano, incentivada pelos recursos do Sistema Financeiro da Habitação; e (5) crescimento das exportações, melhorando a condição da balança de pagamentos, decorrente do excesso de liquidez internacional (GREMAUD e OUTROS, 2006; BRUM, 2006).

A intervenção Estatal pode ser constatada pelos seguintes aspectos: (1) o Estado controlava os principais preços da economia - câmbio, salário, juros, tarifas - além de praticar uma política de preços administrados via Conselho Interministerial de Preços (CIP), criado pelo Decreto-Lei nº 808, de 04 setembro de 1969, com a justificativa da inflação de custos e o objetivo de eliminar os problemas alocativos provenientes de uma economia inflacionária; (2) o Estado respondia pela maior parte das decisões de investimento, através de investimentos da administração pública e das empresas estatais, que correspondiam a praticamente 50% da formação bruta de capital, dos incentivos fiscais e dos subsídios (GREMAUD e OUTROS, 2006).

Neste período da administração militar, o Estado participou decididamente nas decisões de alocação de recursos, porém teve acentuado caráter excludente, pois os direcionou principalmente para o departamento de bens de consumo capitalistas (D2). Além de contar com o expediente do financiamento do desenvolvimento via arrocho salarial, o I PND beneficiou-se fortemente do excesso de liquidez internacional para alavancar o ritmo de crescimento da economia e gerar empregos. Por um lado, o I PND se aproxima de um projeto de nação em sintonia com os princípios da Administração Política quando o Estado

assume para si a decisão da alocação de recursos visando promover o crescimento econômico. Entretanto, por outro, o I PND se afasta da ideia do projeto de nação por conta de ter apresentado um viés extremamente neoliberal na condução da política monetária (em especial o recurso ao arrocho salarial) causava impacto negativo, especialmente no tocante à gestão da distribuição do produto nacional.

2.6 DITADURA III - MARCHA FORÇADA COM GEISEL: O II PND

O rápido crescimento obtido no período do milagre foi confrontado com a ocupação plena da capacidade ociosa, gerando pressões inflacionárias e/ou problemas na balança comercial. A manutenção do ciclo expansionista em fins de 1973, dependia cada vez mais de uma situação externa favorável. O primeiro choque do petróleo ainda em 1973 rompeu com o crescimento brasileiro (GREMAUD e OUTROS, 2006).

General Geisel, ao assumir o governo em março de 1974, deparou-se com o desequilíbrio da economia: a inflação passou de 15,5% a.a. em 1973 para 34,5% a.a. em 1974; o balanço de pagamento sofreu um déficit de U\$ 6,5 bilhões, que levou a queima de reservas, mostrando a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Em fins de 1974, o governo lança o II PND como uma estratégia de ajuste de longo prazo e simultaneamente de desenvolvimento econômico. As metas do II PND eram manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a., com crescimento industrial em torno de 12% a.a. (GREMAUD e OUTROS, 2006).

O II PND significou uma alteração completa nas prioridades da industrialização brasileira: de um padrão baseado no crescimento do setor de bens de consumo duráveis com alta concentração de renda, a economia deveria passar a crescer com base no setor produtor de meios de produção – bens de capital e insumos básicos, para tal o governo precisava de apoio político e recursos para financiamento. Surge então o “Estado-Empresário” que colocou as empresas estatais como agente central das transformações (GREMAUD e OUTROS, 2006).

O governo esperava com o II PND que as empresas estatais, ao avançarem seus projetos de investimentos no setor de insumos, gerassem demanda derivada que estimularia o setor privado a investir no setor de bens de capital. Durante este período o governo concedeu muitos incentivos às indústrias. A sustentação política do plano foi garantida pelo capital financeiro nacional, pelas empreiteiras e pelas oligarquias arcaicas que pressionavam o governo para promover a modernização das regiões não industrializadas, por meio da descentralização espacial dos projetos de investimentos (GREMAUD e OUTROS, 2006).

Restava ainda ao governo equacionar o problema do financiamento, tanto das empresas estatais quanto daquelas do setor privado. As estatais estavam submetidas a uma política de contenção tarifária e, justamente por isso, encontravam restrição ao crédito interno. Por conta disso, elas foram forçadas a buscar financiamento externo, iniciando o processo de estatização da dívida externa. A abundância dos petrodólares enviados aos países em desenvolvimento facilitou o crescimento da dívida externa. O setor privado foi privilegiado, pois obteve recursos subsidiados do BNDES.

A decisão por um Brasil em marcha forçada (II PND) talvez tenha sido o momento no qual a gestão econômica mais tenha revelado indícios com os princípios da Administração Política, uma vez que o dilema estabilização versus desenvolvimento foi mais contundentemente posto em xeque. A prioridade por implantar o último departamento (D1), que poderia finalizar

o processo de substituição de importações, iniciado plenamente no período JK, superou a busca pela estabilização da economia brasileira.

2.7 TRINTA ANOS DE PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO (80/90/2000)

Na década de 80, ainda sob o regime militar, a gestão da economia focou-se, sobretudo, na busca incessante da estabilização dos preços que se acelerava a níveis hiperinflacionários. Todo o esforço foi, a partir desta década, envidado no intento de identificar as causas e adotar os remédios - sejam eles heterodoxos e/ou ortodoxos - para controlar a inflação. Mesmo após o sucesso do Plano Real para estabilização dos preços, a gestão econômica, independente da linha partidária que assumiu o poder, se alinhou ao Sistema de Metas de Inflação, principal referencial da política econômica do governo. Da década de oitenta até 1993, o Brasil foi gerido por uma sucessão de cinco planos heterodoxos de estabilização, que subordinavam o controle da demanda ao congelamento de preços. Em 1993 a inflação brasileira alcançava 2.477% de crescimento anual. Neste mesmo período houve três recessões (variação do PIB em - 0,1% em 1988, - 4,3 % em 1990 e - 0,8% em 1992).

No final de 1993, o governo Itamar Franco viu um contexto favorável para arquitetar o que veio a ser o maior plano de estabilização já implementado no país. Tratava-se de recuperar a fé na moeda brasileira. Seguros sobre o favorável ambiente financeiro internacional e devido à abertura comercial, elevando a concorrência com os importados, os economistas da PUC/RJ (André Lara Resende e Pécio Arida) desenvolveram uma proposta baseada em ampla reforma monetária, também conhecida como Proposta Larida. Tal proposta previa a coexistência de duas moedas (por curto período de tempo) de modo que o Cruzeiro Real assumisse apenas a função de meio de troca enquanto a Unidade Real de valor (URV) desempenharia a função de unidade de conta e reserva de valor. A última se transformando no Real e substituindo a ruim – o cruzeiro real - ao final de quatro meses. As consequências do Plano Real foram benéficas e estabilizadoras no combate à inflação, mas seu caráter eminentemente contracionista inibiu arroubos de crescimento do PIB aos níveis históricos anteriores.

Pode-se observar, contudo, reação mais impetuosa do PIB no governo Lula (2002-2010), fruto da incorporação da classe média ao mercado de consumo das famílias pelo programa Bolsa Família e pela redução dos níveis de desemprego, estes beneficiados por uma conjuntura internacional favorável capitaneada pela demanda chinesa. Os programas sociais, marca dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), foram projetos que apresentaram preocupação com os aspectos distributivos de um Projeto de Nação. Mas, vez que se tratam de ações cuja perenidade é discutível, surge uma lacuna sobre a questão da temporalidade que fundamenta os princípios da Administração Política, o que nos impede, categoricamente afirmar, que tais programas fariam parte de um Projeto de Nação.

No período mais recente, a partir de 2011, uma consecução de crise política interna, conjugada a um cenário econômico mundial de profunda desaceleração, acabaram por impedir o fôlego dos programas sociais. O Brasil entra em rota descendente de geração de riqueza com a economia em recessão e índices de inflação ascendentes. O governo provisório de Michel Temer, ao que tudo indica, se alinha a uma política econômica (fiscal e monetária) eminentemente restritiva, inibindo o fortalecimento das relações sociais na esfera da produção, realização e distribuição da riqueza. Os últimos trinta e seis anos (de 1980 a 2016) foram marcados essencialmente pela busca da estabilização econômica, não se podendo afirmar que houve indícios perenes de nos aproximarmos dos fundamentos epistemológicos da Administração Política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio foi construído tentando identificar indícios da presença da Administração Política desde a implantação do capitalismo no Brasil. Partiu-se do pressuposto de que tais indícios puderam ser verificados nos planos macroeconômicos entre 1930 até 1984, mas que se perderam a partir daí por força da supremacia dos princípios neoliberais que priorizam apenas a busca pela estabilização em detrimento do fortalecimento das relações sociais de produção, realização e distribuição mediados pelo Estado. A análise dos planos à luz da Administração política permitiu seis considerações principais, que seguem aqui elencadas à guisa de concluir.

A primeira consideração, diz respeito à acumulação restringida de Vargas – o PSI em sua primeira etapa – , que foi esboçado pela via da maior participação do Estado, um projeto de nação que previa assegurar o tripé de sua fundamentação: produção, pela consolidação da implantação do departamento de bens leves de consumo (bens de consumo assalariados), realização, através do fomento ao consumo das famílias e a distribuição do produto nacional pela via legal. Portanto, conclui-se que ainda que tardiamente, a implantação do capitalismo no Brasil foi precedida de um Plano, de um planejamento que revelava indícios de preocupação com a gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição, objeto da Administração Política.

A segunda consideração diz respeito à acumulação Plena de JK - o Plano de Metas. Constatou-se que o modelo de substituição de importações adotado no Plano de Metas veio a implantar, de fato, o centro dinâmico da industrialização no Brasil, o departamento de bens de consumo capitalista, do qual resultou no fortalecimento das relações sociais de produção e realização. A essência do próprio modelo, de características concentradoras e excludente apontaria, entretanto, para um aprofundamento das desigualdades na distribuição da renda. Portanto, neste período, verifica-se, mesmo que parcialmente, indícios de um projeto de nação à luz da Administração Política.

A terceira consideração diz respeito ao plano Trienal, erigido no conturbado período do governo João Goulart, considera-se difícil identificar os elementos constitutivos de um projeto de nação que alicerce, na prática, os princípios da Administração Política. Constatou-se que as boas intenções do Plano Trienal esbarraram no golpe militar.

Acerca da quarta consideração, sobre o plano Ditadura I/O golpe/PAEG, que constituiu-se num plano que mesclava ações eminentemente de cunho ortodoxo (visando o controle da inflação) e desenvolvimentistas (reformas fiscal e financeira) para a economia brasileira, constatou-se que a reforma financeira realizada no período proporcionou resultados, no âmbito das relações sociais de produção e realização que foram colhidos no segundo período da Ditadura Militar.

No plano Ditadura II/O Milagre Econômico Brasileiro, a quinta consideração constata uma identificação parcial com os princípios da Administração Política, do ponto de vista em que o Estado assume para si a decisão da alocação de recursos, visando promover o crescimento econômico. Entretanto, a prática do arrocho salarial freou a gestão por uma melhor distribuição do produto nacional.

Como sexta consideração, em relação ao plano Ditadura III/Brasil em Marcha Forçada com Geisel, arrisca-se dizer que este tenha sido o momento onde a gestão econômica mais revelou indícios de um projeto para a nação. Ao se deparar com o dilema estabilização

versus crescimento, a administração política optou por crescer a despeito da inflação, vindo a indicar, talvez, a prioridade pela geração de riqueza e sua realização.

Por fim, os últimos trinta e seis anos (de 1980 a 2016) foram marcados essencialmente pela busca da estabilização econômica, não se podendo afirmar que houve indícios perenes de nos aproximarmos dos fundamentos epistemológicos da Administração Política.

O tema explorado neste ensaio gera uma proposta de pesquisa que pode ser levada à cabo, sem dúvida, somente por meio de um aprofundamento via apreciação detalhada de cada um dos referidos planos econômicos desenvolvidos pelos diferentes governos, buscando identificar, na análise mais vertical de cada uma das ações propostas, suas aproximações e distanciamentos no que tange à conformação de um projeto de nação que faça jus ao corolário da Administração Política.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo Santos; MONTEIRO, Doraliza A. Abranches; ALMEIDA, Tatiane Nunes Viana de. A natureza do conhecimento científico e a proposta da Administração Política. *Revista Brasileira de Administração Política*, vol. 8, n.o 1, pp. 185-204, abr. 2015.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

CARIBÉ, Daniel Andrade. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. *Revista Brasileira de Administração Política*, vol. 1, n.o 1, pp. 31-44, out. 2008.

CASTRO, Antônio Barros de e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. In: _____. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.7-84.

CEPAL. Panorama social da América Latina 2012. Santiago do Chile, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Para um olhar epistemológico da Administração: problematizando o seu objeto. In: A administração política como campo do conhecimento. Reginaldo Souza Santos (org). 2 ed. São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009.

GOMES, Fábio Guedes. O jovem percurso da administração política. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 7-24, Feb. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 29 June 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000100002>.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, M. A. S. e TONETO JUNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea. Ed Atlas, 2006.

KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica. In: Os Pensadores, 1976, Abril Cultural, São Paulo.

MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio. In: São Paulo, Brasiliense, 1994, p 1-110.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930) in: _____ A Economia da Dependência Imperfeita Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p.9-29.

SANTOS. Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. In: A administração política como campo do conhecimento. Reginaldo Souza Santos (org). 2 ed. São Paulo: Hucitec-Mandacaru, 2009.

SANTOS, Reginaldo Souza; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SANTOS, Thiago Chagas Silva. Bases teórico-metodológicas da administração política. RAP — Rio de Janeiro. v. 2, n. 1 (2009). p.19-43.

SANTOS, Elinaldo Leal; SANTOS, Reginaldo Souza Santos; BRAGA, Vitor Lélío Braga. O campo científico da Administração: percursos e percalços. IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, SC. Março, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 595 p.

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. In: _____. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p.29-73.